

compartilhada entre o Poder Público e a Sociedade Civil, estando estas responsabilidades inclusive fundamentadas no artigo 225, da Constituição Federal.

A SUDEMA, através da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEAM) entende que a Educação Ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e comunidade tomam consciência das questões relativas ao meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir, individualmente e/ou coletivamente, no sentido de resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Os Objetivos da CEAM é planejar, executar, coordenar e avaliar as atividades educativas e informativas da política ambiental do Estado, junto aos órgãos governamentais, não governamentais e à população em geral, despertando o interesse e envolvimento para com as questões ambientais, dentro de uma visão política, social, econômica e cultural, que leve à melhoria da qualidade de vida. Seus Objetivos específicos são desenvolver a educação em todas as escolas da rede de ensino, em conjunto com a Secretaria de Educação, propiciando o desenvolvimento de pesquisas sobre o meio ambiente.

A SUDEMA atua no sentido de formar consciência pública da necessidade de proteger, melhorar, conservar e recuperar o meio ambiente. Contribuir para a formação de grupos organizados de alunos e/ou professores das escolas da rede, no sentido de fomentar sua intervenção consciente no meio ambiente e o entrosamento da escola com a comunidade.

A CEAM desenvolve suas atividades tomando como referencial três linhas de ação: Ações da Educação Formal - escolas das redes pública e privada. Ações da Educação Informal, sociedade civil, Ongs, associações outros segmentos da sociedade. Ações Institucionais e Interinstitucionais: empresas da rede privada, Prefeituras, Secretarias de Estado, etc.

2.3 A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Segundo Medina (2010) a história da EA no Brasil começa no século XIX, em 13 de junho 1808, com a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro – RJ. Em 18 de setembro de 1850 é criada a Lei 601/1850 de Dom Pedro II, proibindo a exploração florestal nas terras descobertas. A lei foi ignorada, continuando o desmatamento para a implantação da monocultura do café.

Em 1876 André Rebouças engenheiro abolicionista, sugere a criação do Parque nacional de Sete Quedas no Paraná – PR, que foi extinto em 1982 para a construção da Usina hidrelétrica de Ilha Grande. André Rebouças sugere também a criação do Parque Nacional na Ilha de Bananal no estado de Tocantins – TO, atualmente a maior ilha fluvial do mundo.

Em 1891 assina-se o Decreto 8.843 que cria a reserva florestal do Acre - AC, com 2,8 milhões de hectares a qual se encontra apenas no papel. Em 1896 foi criado o primeiro Parque Estadual Alberto Lofgreen em São Paulo - SP, fundado pelo naturalista e botânico sueco Alberto Lofgreen, o parque também é conhecido como Horto Florestal de São Paulo – SP.

No século XX no ano de 1920 o Pau-Brasil é considerado extinto. Em 1932 Realiza-se no Museu Nacional a I Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Em 1934 o Decreto 23.793 transforma em Lei o Anteprojeto de Código Florestal. Em 14 de junho de 1937 é criado o Parque Nacional de Itatiaia na Serra da Mantiqueira. O nome Itatiaia significa “Pedra Cheia de Pontas” devido ao aspecto de sua formação rochosa. Fica situado ao Sudoeste do Estado do RJ em terras dos municípios de Resende e Itatiaia e ao Sul de Minas Gerais - MG nos municípios de Bocaina de Minas, Alagoa e Itamonte.

Em 10 de janeiro de 1939 através do decreto 1.035 cria-se o Parque Nacional do Iguaçu que faz fronteira com a Argentina, no lado Brasileiro são cerca de 185 mil hectares e no lado Argentino mais de 67 mil hectares, foi o segundo parque nacional brasileiro a ser criado, recebeu o título da UNESCO de patrimônio natural da humanidade; Nos anos 60 Jânio Quadros declara o Pau-Brasil como a árvore símbolo nacional, e o ipê como a flor símbolo nacional.

A partir dos anos 70 cresce, consideravelmente, a preocupação em relação ao Meio Ambiente, onde há uma crescente mobilização em prol do planeta. Notam-

se muitos eventos, a começar por 1971 quando é criada no Rio Grande do Sul a Associação Gaucha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN).

Em 1972, a Delegação Brasileira na Conferência de Estocolmo declara que o país está “aberto à poluição, porque o que se precisa são dólares, desenvolvimento e emprego”. Apesar disto, contraditoriamente o Brasil lidera os países do Terceiro Mundo para aceitar a Teoria de Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma. Neste período a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) inicia uma campanha de reintrodução do pau-brasil considerado extinto em 1920.

Em 1973 é instituída a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior, que entre outras atividades, começa a promover a Educação Ambiental. Em 1976, a SEMA e a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade Nacional de Brasília realizam o primeiro curso de Extensão para professores do 1º grau em Ecologia.

Em 1977 ocorrem vários acontecimentos nesse contexto entre eles a Implementação do Projeto de Educação Ambiental em Ceilândia. A SEMA constitui um grupo de trabalho para elaboração de um documento de EA para definir seu papel no contexto brasileiro. A Realização de Seminários e Debates preparatórios à Conferência de Tbilisi pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) no Rio de Janeiro - RJ. A disciplina de Ciências Ambientais passa a ser obrigatória nos cursos de Engenharia.

Em 1978 a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul desenvolve o Projeto Natureza - Criação de Cursos voltados para as questões ambientais em várias universidades brasileiras. As disciplinas de Saneamento Básico e Saneamento Ambiental são inseridas nos cursos de Engenharia Sanitária. Em 1979 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Ciência e Tecnologia a serviço do Meio Ambiente (CETESB) em São Paulo, publicam o documento “Ecologia uma Proposta para o ensino de 1º e 2º Graus”.

Na década de 80, os eventos que mais se destacaram foram: Em 1981 acontece à elaboração da Lei Nº 6.398 de 31 de Agosto de 1981, dispõem sobre a Política Nacional e Meio Ambiente (Presidente Figueiredo). Em 1984 o CONAMA apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental. Em 1986 A SEMA, junto com a Universidade Nacional de Brasília (UNB), organiza o Primeiro Curso de Especialização em Educação Ambiental que permaneceu por dois

anos (1986 a 1988). Ainda no ano 1986 ocorre o I Seminário Nacional de Meio Ambiente (SENAMA) e extensão Universitária.

Em 1986 acontece também o Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentado e Conservação de Regiões Estuarinas - Lacunares (Manguezais) em São Paulo - SP. Em 1987 o MEC aprova o parecer 226/87 do Conselheiro Arnaldo Niskier, em relação à necessidade de inclusão da Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º Graus. Paulo Nóbrega Neto representa o Brasil na Comissão Brundtland. Em 1987 ocorre também o II Seminário Universidade e Meio Ambiente em Belém do Pará - PA.

Em 1988 a Constituição Brasileira de 1988 em Art. 225 Cap. VI – Do Meio Ambiente, Inciso VI, destaca necessidade de “promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Para cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

No ano de 1988 a Fundação Getúlio Vargas traduz e publica o Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum - A Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e a CETEPS, publicam a edição piloto do livro “Educação Ambiental” Guia para professores de 1º e 2º Graus”.

Em 1989 criação do IBAMA, pela fusão da SEMA, Superintendencia do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendencia do Desenvolvimento da Borracha (SUDEHVEA) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). No IBAMA funciona a Divisão da Educação Ambiental. Ainda em 1989 acontece o Programa de Educação Ambiental em Universidade Aberta da Fundação Demócrito Rocha, por meio de encartes nos jornais de Recife - PE e Fortaleza – CE, ocorre o Primeiro encontro Nacional sobre Educação Ambiental no Ensino Formal com o IBAMA, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em Recife. A criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do MMA; Ocorre também no mesmo ano o III Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente em Cuiabá - MT.

Em 1990 é realizado o I Curso Latino-Americano de Especialização em Educação Ambiental pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), IBAMA, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado na Universidade federal do Mato Grosso (UFMT) em

Cuiabá no Mato Grosso nos anos de 1990 a 1994; O IV Seminário sobre Universidade e Meio Ambiente em Florianópolis, SC.

Em 1991 o MEC resolve que todos os currículos nos diversos níveis de ensino deverão contemplar conteúdos de Educação Ambiental – Portaria 678 (14/05/91); Projeto de Informações sobre Educação Ambiental, IBAMA – MEC; Grupo de trabalho para Educação Ambiental, coordenado pelo MEC, preparatório para a Conferência do RIO 92. Ainda em 1991 ocorre o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a EA presidido pelo MEC/IBAMA e Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República/UNESCO/Embaixada do Canadá NEA's.

Em 1992 são criados núcleos estaduais de Educação Ambiental (NEA's) do IBAMA. A Participação das ONGs do Brasil no Fórum de ONGs e na redação do Tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis. Destaca-se o papel da Educação Ambiental na Construção da cidadania ambiental. O MEC promove no Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (CIAC) do Rio das Pedras em Jacarepaguá- RJ, o Workshop sobre Educação Ambiental cujo resultado encontra-se na carta Brasileira de Educação Ambiental, destacando a necessidade de capacitação de recursos humanos para EA.

Em 1993 é lançada uma proposta interdisciplinar de EA para a Amazônia. O IBAMA, as Universidades e Secretarias de Educação e Cultura (SEDUC's) da região, publicaram um documento metodológico e um de caráter temático com dez temas ambientais da região (1992 a 1994). A Criação dos centros de EA do MEC, com a finalidade de criar e difundir metodologias em Educação Ambiental.

Em 1994 ocorre a aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), com a participação do MMA, IBAMA, MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Cultura (MINC). Publicação da Agenda 21 feita por crianças e jovens em português Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); 3º Fórum de Educação Ambiental. Em 1995 fica definido que todos os Projetos Ambientais e/ou de Desenvolvimento Sustentável deveriam ser inseridos como componentes as atividades de Educação Ambiental.

Em 1996 é criada a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA; Criação de Novos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) do MEC, nos quais a Educação Ambiental estava inclusa como tema transversal do Currículo; Cursos de Capacitação em Educação Ambiental para os técnicos das SEDUC's. e DEMEC's

nos estados, para orientar a implantação dos PCN's, convênio com a UNESCO e o MEC; Criação da Comissão Interministerial de EA – MMA.

Em 1997 é criada a Comissão de Educação Ambiental do MMA; I Conferência Nacional de EA. (ICNEA) em Brasília; Cursos de Educação Ambiental organizados pelo MEC - Coordenação de Educação Ambiental, para as escolas técnicas e segunda etapa de Capacitação das SEDUC's e Delegacias Regionais do MEC (DEMEC's). Convênio UNESCO – MEC; IV Fórum de Educação Ambiental e I Encontro da rede de Educadores Ambientais em Vitória - ES; I Teleconferência Nacional de Educação Ambiental em Brasília - DF oferecida pelo MEC. Em 1998 Publicações dos materiais surgidos da ICNEA realizada em Brasília - DF.

Em 1999 é criada a Diretoria de Educação Ambiental do MMA Gabinete do Ministro sendo Aprovação da Lei 9.957/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é criado também o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), a Criação do Movimento dos protetores da Vida Carta de Princípios Brasília/ DF; A Coordenação de Educação Ambiental do MEC passa a formar parte da secretaria de Ensino Fundamental (COEA).

Em 2000 o Seminário de Educação Ambiental organizado pela COEA/ MEC Brasília DF é realizado também o curso Básico de Educação Ambiental à Distância realizado pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA), MMA, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) LED/LEA. Em 2002, lançado o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis (SIBEA); Decreto Nº 4.281, de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei que institui a PNEA e das outras providências. Em 2003 II e III Encontros de Pesquisa em EA ocorridos respectivamente na Universidade Federal de São Carlo - SP.

Em setembro de 2004 é realizada a Consulta Pública do PRONEA, que reuniu contribuições de mais de 800 educadores ambientais do país. Em novembro foi realizado o V Fórum Brasileiro de EA, após sete anos de intervalo ocorrido entre o IV Fórum, com o lançamento da Revista Brasileira de EA (REVBEA) com a criação da Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (REBECA).

Em novembro de 2004, após dois anos de existência enquanto Grupo de Estudos, é oficializado o Grupo de Trabalho em EA da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Em dezembro do corrente ano é criado o Grupo de Trabalho de EA no Fórum Brasileiro de ONG' s e Movimentos

(FBOMS); ocorrem também o II e III Congresso Mundial de EA realizados no Rio de Janeiro em 2004 e em Turim na Itália em 2005.

Em 2006 o Ministério do meio Ambiente (MMA) realiza o V Congresso Ibero Americano de Educação em 24 de abril, tendo como principal objetivo debater a contribuição da Educação Ambiental para a construção da sustentabilidade planetária, e promoveu atualização do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

No ano de 2008 é realizado O IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), realizado em Brasília - DF nos dias 4,5 e 6 de junho de 2008,o encontro teve como tema “Mudanças Ambientais Globais: a contribuição da ANPPAS ao debate”.

Em 2009 ocorre o VI Fórum Brasileiro de EA intitulado Educação Ambiental, Participação e Cidadania, realizado de 22 a 25 de julho de 2009 no Campus da Praia Vermelha, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - Urca - RJ. Em 2010 é realizada a Conferência Internacional Infanto-juvenil Intitulada Vamos cuidar do Planeta que ocorreu em 05 de junho de 2010 em Brasília-DF.

Em 2011 o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Relatório Rebelo instituindo um novo Código Florestal brasileiro. O texto legaliza o uso de algumas Áreas de Proteção Permanente já ocupada com produção agrícola desde que essa antropização tenha ocorrido antes de 22 de julho de 2008.

3 Metodologia

A metodologia utilizada no presente trabalho está dividida em cinco tópicos: primeiramente se faz a descrição do campo de pesquisa; em seguida são descritos os sujeitos da pesquisa e os materiais utilizados; por fim, são levantados os dados bibliográficos e a pesquisa de campo, para chegar aos futuros resultados.

3.1 Descrição do campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada no bairro do Tribofe, no município de Belém-PB. O bairro se localiza ao leste da cidade sendo formado pelas ruas Severino Ismael, Virgílio Cruz, Clóvis Bezerra, João Batista, Cinco de Agosto, Tomaz Emiliano e José Américo de Almeida nesta última rua se localiza o açude Tribofe que dá nome ao bairro. Trata-se de um pequeno bairro onde se residem aproximadamente 250 famílias oriundas de cidades vizinhas e de outras ruas da cidade de Belém, os moradores são de classe baixa sendo a maioria aposentados, funcionários públicos municipais e estaduais e trabalhadores autônomos.

3.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os moradores do bairro do Tribofe, Belém/PB e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do respectivo município. O bairro possui aproximadamente 250 casas ou o referente a 1.000 moradores; a pesquisa foi realizada com 15 moradores, o que corresponde a 6% do universo da pesquisa.

3.3 Material Utilizado na Pesquisa

Este trabalho adota como princípios básicos de metodologia a organização prevista pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – 2010), e como um trabalho acadêmico de pesquisa científica, para ser executado foi preciso os procedimentos que serão descritos a seguir:

3.3.1 Levantamento bibliográfico temático

- a) Atualização das leituras sobre o tema, através de artigos, livros, monografias e sites que forneceram informações importantes para o desenvolvimento deste trabalho;
- b) Visitas a órgãos públicos com intuito de adquirir dados úteis à pesquisa.

3.3.2 Pesquisa de Campo

As entrevistas com os moradores do bairro do Tribofe, área escolhida e delimitada como objeto da pesquisa que teve como base o questionário (apêndice A) e com a secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da cidade de Belém; O universo da pesquisa são aproximadamente 1000 habitantes o que corresponde há 250 famílias; A amostragem da pesquisa é um percentual de 6%, que correspondem a 15 moradores entrevistados, além de diálogos informais com os habitantes do bairro e profissionais da área, a respeito de tempo de moradia, além de propostas de implantação de projetos de EA no Bairro do Tribofe e outros dados de identificação dos entrevistados.

O trabalho de campo foi realizado entre os períodos de janeiro a novembro de 2011, incluindo o levantamento fotográfico, que traz fotos sobre os principais pontos do bairro e da cidade de Belém; Na realização do trabalho usamos como materiais básicos: Máquina Fotográfica, Gravadores, internet, Computador, impressora, etc.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo a seguir aborda a caracterização geoambiental e socioeconômica da cidade de Belém e do Bairro do Tribofe; em seguida descreve as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na prefeitura da cidade de Belém; posteriormente, as pesquisas de campo permitiram mostrar o nível de conscientização ambiental dos moradores do bairro do Tribofe.

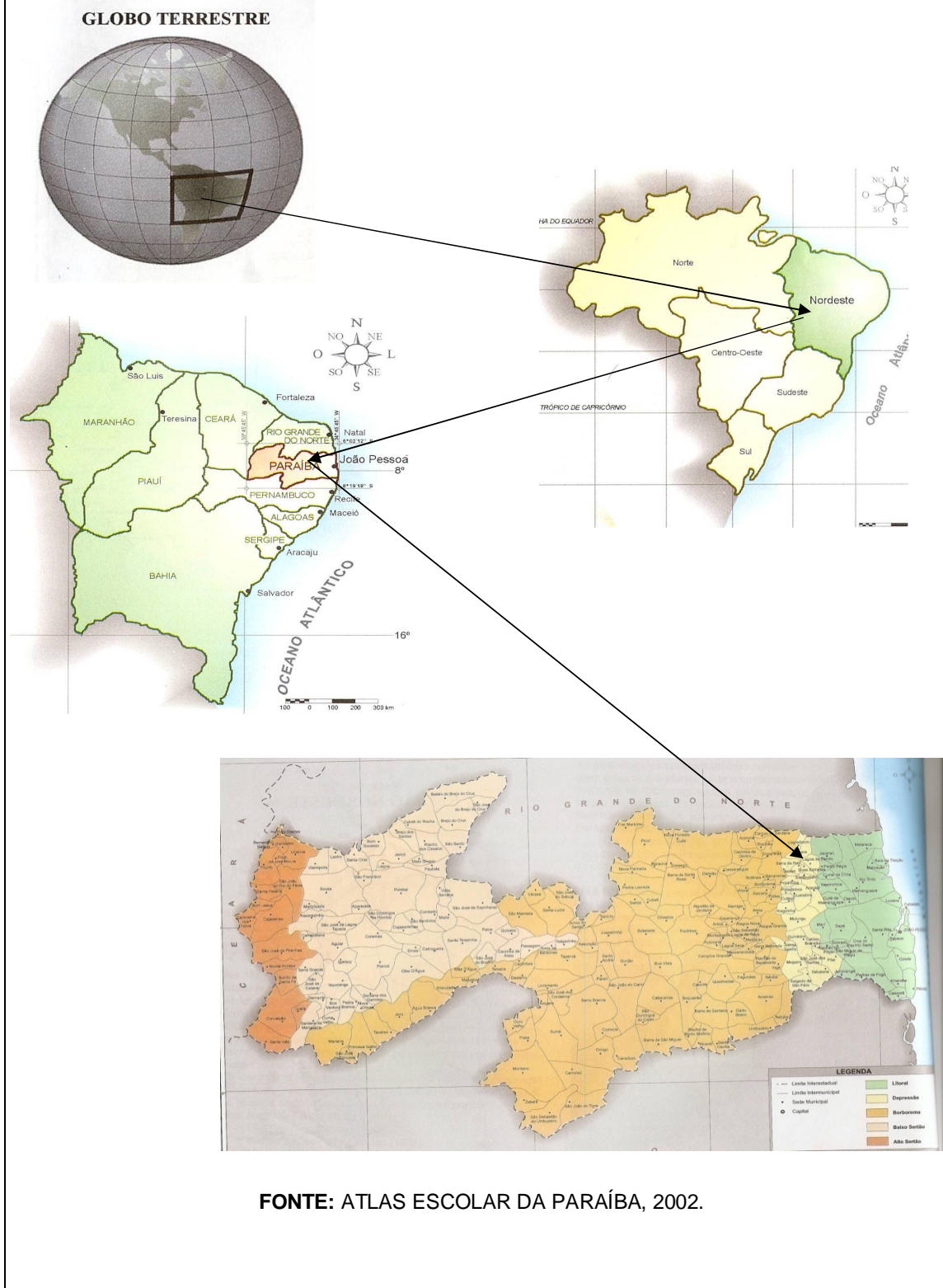
4.1 Caracterização Geoambiental e Socioeconômica da cidade de Belém-PB e do Bairro do Tribofe

O município de Belém pertence à unidade geomorfológica conhecida como escarpa oriental da Borborema, caracterizada por morros, serras que avançam da depressão formando os primeiros contrafortes orientais da Borborema, constituídas de rochas do Complexo Presidente Juscelino com embasamento cristalino, intercalações gnáissicas datadas do Pré-Cambriano e restos do capeamento sedimentar do Grupo Barreiras (ATLAS GEOGRAFICO DA PARAIBA, 2003).

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2005) e o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (PRODEM), o município de Belém está localizado na região Nordeste, na Mesorregião do Agreste Paraibano e Microrregião de Guarabira. Sua área é de 100 km² representando 0.1774% do Estado, 0.0064% da Região e 0.0012% de todo o território Brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 149 metros distando 83, 1169 km da capital. O acesso é feito a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/PB 055.

O município de Belém/PB está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, que representa a paisagem típica do semi-árido nordestino, caracterizada por uma pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertentes dissecadas. Elevações residuais, cristas e/ou outeiros pontuam a linha do horizonte. Esses relevos isolados testemunham os períodos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino (CPRM, 2005).

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELÉM EM NÍVEL MUNDIAL



Quanto à hidrografia de Belém/PB a área é drenada pelos cursos d'água como a Bacia do Curimataú e Riacho do Meio, Saboeiro e Nica. Existem ainda os açudes como: Tribofe construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Saboeiro, Camucá, Açude do Meio, Santo Antonio e Nica é abastecido pela barragem de Lagoa de Matias localizada no município de Bananeiras/PB, que abastece também os municípios de Caiçara e Logradouro (SILVA (2002) p.3) apud SANTOS (2004).

A vegetação é basicamente composta por caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia, característica do clima Tropical semi-árido, com chuvas de verão. O período chuvoso começa em novembro com termino em abril. A precipitação média anual é de 431,8 mm (CPRM, 2005).

No que diz respeito aos solos do município de Belém a CPRM (2005) afirma que, nos Patamares Compridos e Baixas Vertentes do relevo suave ondulado ocorrem os Planossolos, mal drenados, fertilidade natural média e problemas de sais; Topos e Altas Vertentes, os solos Brunos não Cálcicos, rasos e fertilidade natural alta; Topos e Altas Vertentes do relevo ondulado ocorrem os Podzólicos, drenados e fertilidade natural média e as Elevações Residuais com os solos Litólicos, rasos, pedregosos e fertilidade natural média.

De acordo com o IBGE (2010) a população do Brasil é de 185.712.713 habitantes. A população do Nordeste é de 51.871.449, sendo 3.753.633 habitantes somente no estado da Paraíba. Belém conta com 17.041 habitantes, sendo 14.081 habitantes na zona urbana e 2.960 habitantes na zona rural.

Quanto à infra-estrutura básica da cidade de Belém, a CPRM (2005) afirma que o município tem registrado 2.921(dois mil novecentos e vinte e um) domicílios particulares permanentes com banheiro ligados à rede geral de Esgotos, 3.415 (três mil quatrocentos e quinze) domicílios particulares permanentes têm abastecimento ligado à rede geral de Água, e 3.415 (três mil quatrocentos e quinze) domicílios particulares permanentes têm lixo coletado.

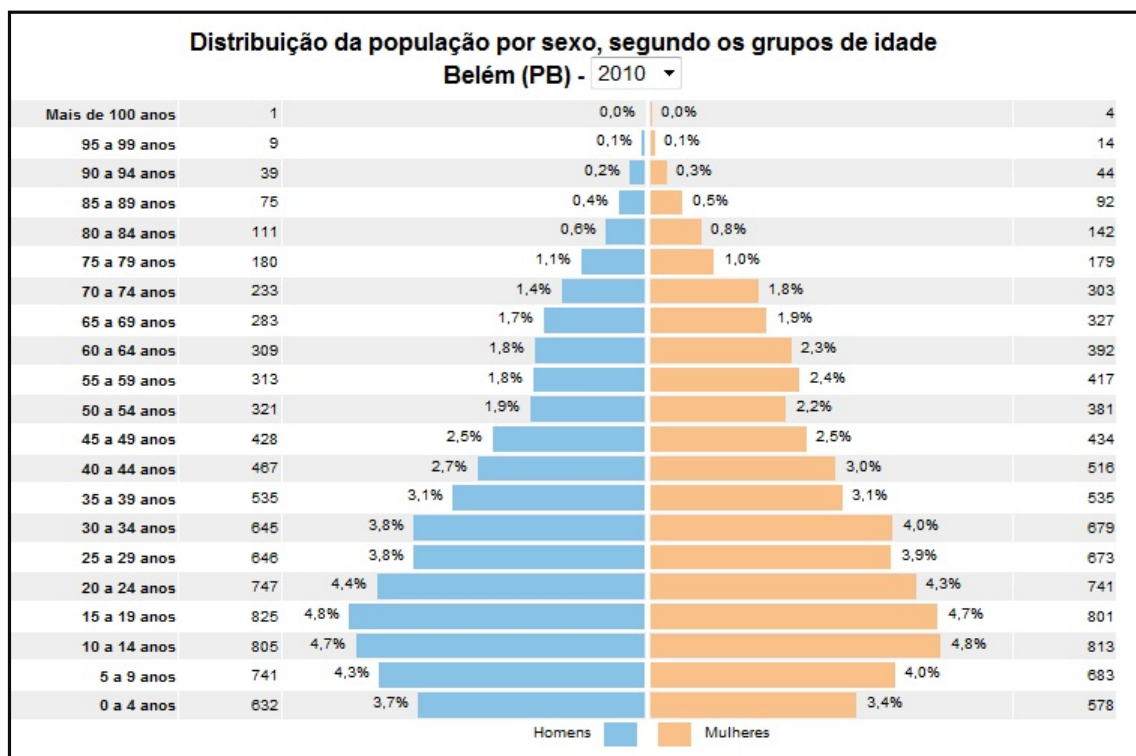


Figura 2: Pirâmide etária da População de Belém/PB
Fonte: IBGE, 2010.

A figura 2 mostra a distribuição da população de Belém/PB, por sexo e idade. 49% da população é masculina e 51% é feminina percebe-se que a população de Belém é significativamente jovem, se destacando a faixa de 0 a 34 anos.

De acordo com Oliveira (2009) o que se tem informação sobre a cidade de Belém é que não há dados que comprovem oficialmente ou com exatidão os fatos marcantes na história da cidade, notadamente quanto a sua formação. Assim, os aspectos contados seguem de narrativas orais dos antigos habitantes, que segundo eles mesmos, a cidade se originou através da obrigatoriedade da passagem da Paraíba ao Rio Grande do Norte. Os viajantes à procura de pousada começaram deste modo a formar um povoado, que os abrigava durante a noite.

O termo Belém significa “casa de paz e de pão”, mas nem sempre foi o nome da cidade, que já foi conhecido pelo nome de Gengibre, em homenagem a um tipo de raiz forte, possivelmente encontrado em grande abundância na região. Gengibre era o nome do pequeno povoado, no formato de uma cruz, que deu origem à cidade